

A Construção Metafórica do Golpe de 1964: Uma Análise Discursiva dos Editoriais do Jornal Folha de S. Paulo

*Cynthia Adrielle da Silva Santos¹
Alessandra de Sá Mello da Costa²*

O artigo tem como objetivo compreender, em uma perspectiva histórica, a atuação discursiva da empresa Jornal Folha de S. Paulo em relação ao Golpe Militar de 1964, a partir da análise das construções metafóricas presentes em seus editoriais de janeiro a maio de 1964. Para tanto, construiu-se uma base teórica sobre (a) metáforas e estudos organizacionais; (b) análise crítica do discurso; e (c) a historiografia sobre Imprensa e Ditadura Militar. Quanto à metodologia da pesquisa, de natureza qualitativa e interpretativa, foram utilizados como fontes documentais 11 editoriais publicados de janeiro a maio de 1964, incluindo o editorial do Caderno Especial "64 – o Brasil continua" de 31 de março de 1964. Posteriormente analisados à luz da análise crítica de discurso, foram identificadas as seguintes metáforas: "tantos mares", "cruzar os braços", "semente comunizante", "pai generoso", "asfixia", "poeira nos olhos", "tranca na porta já arrombada", "fogueiras acesas", "nem tudo são rosas", "passos de tartaruga", "máquina com peças danificadas" e "remédio heroico", cada qual em seu contexto. A análise do conjunto das construções metafóricas encontradas nos permite refletir sobre o seu uso como reforço simbólico discursivo, em especial à luz da historiografia sobre Imprensa e Ditadura Militar, contribuindo para o debate acerca do papel do Jornal Folha de S. Paulo no Golpe de 1964 destacando: (1) a contribuição da empresa para a desestabilização do governo do presidente João Goulart, marcado pelos editoriais de janeiro, fevereiro e março e; (2) o alinhamento da empresa com o golpe militar e seu apoio ao novo governo, marcado pelo Caderno Especial e pelos editoriais dos meses de abril e maio.

Palavras-chave: Empresas e Ditadura Militar; Estudos Organizacionais; Jornal Folha de S. Paulo; Análise Crítica do Discurso; Metáforas.

The Metaphorical Construction of the 1964 Coup: A Discursive Analysis of the Editorials of the Jornal Folha de S. Paulo

The article aims to understand, from a historical perspective, the discursive performance of the company Folha de S. Paulo Newspaper concerning the Military Coup of 1964, based on the analysis of the metaphorical constructions present in its editorials from January to May 1964. For this purpose, a theoretical basis was constructed on (a) metaphors and organizational studies; (b) critical discourse analysis; and (c) the historiography on Press and Military Dictatorship. As for the research methodology, of a qualitative and interpretative nature, 11 editorials published from January to May 1964 were used as documentary sources, including the editorial of the Special Section "64 - Brazil continues" of March 31, 1964. In the light of critical discourse analysis, the following metaphors were identified: "so many seas", "crossing arms", "communizing seed", "generous father", "asphyxia", "dust in the eyes", "locks on the already broken door", "bonfires burning", "not everything is roses", "turtle treads", "machine with damaged parts" and "heroic medicine", each in its context. The analysis of the set of metaphors found allows us to reflect on its use as a symbolic discursive reinforcement, especially in the light of the historiography on Press and Military Dictatorship, contributing to the debate about the role of the Folha

¹ Cynthia Adrielle da Silva Santos - Mestre em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Endereço: Rua Marquês de São Vicente, 225 - Prédio IAG. Gávea, Rio de Janeiro - RJ, 22451-900. E-mail: cynthia.assantos@gmail.com. ORCID: 0000-0001-9981-4845.

² Alessandra Costa - Doutorado em Administração pela EBAPE/Fundação Getulio Vargas. Professora Associada da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Endereço: Rua Marquês de São Vicente, 225 - Prédio IAG. Gávea, Rio de Janeiro - RJ, 22451-900. E-mail: alessandra.costa@iag.puc-rio.br. ORCID: 0000-0003-3207-2888.

<http://dx.doi.org/10.21714/2237-51392021v25n1p081103>.

Artigo recebido em 08/04/2020 e aprovado em 25/11/2021. Artigo avaliado em *double blind review*.

Editores responsáveis: Cecília Lima de Queirós Mattoso



de S. Paulo Newspaper in the 1964 Coup, highlighting : (1) the company's contribution to destabilizing the government of president João Goulart, marked by the editorials of January, February and March and; (2) the company's alignment with the military coup and support for the new government, marked by the Special Section and the editorials of the months of April and May.

Keywords: Companies and Military Dictatorship; Organizational Studies; Jornal Folha de S. Paulo; Critical Discourse Analysis; Metaphors.

1.Introdução

Pode-se argumentar que não são recentes as pesquisas, na área de estudos organizacionais e de gestão, que fazem uso de métodos retrospectivos qualitativos (COX; HASSARD, 2007) para compreender a atuação das empresas na sociedade ao longo do tempo. No entanto, o potencial analítico das pesquisas históricas só foi recentemente visibilizado pelas pesquisas na área de Estudos Organizacionais Históricos (EOH), que buscam combinar história e estudos organizacionais, analisando as organizações a partir de seu contexto sócio-histórico (discursivo e ideológico) e de suas mudanças e singularidades. Para Maclean, Harvey e Clegg (2016), o valor desta aproximação entre duas diferentes áreas está em melhor explicar a forma e as origens dos fenômenos contemporâneos, por meio de evidências históricas e da avaliação cuidadosa das fontes em seu contexto de produção e circulação na sociedade. Nesse sentido, pensar as organizações no tempo e no espaço significa pensar longitudinalmente as diferentes relações discursivas estabelecidas e negociadas entre agentes sociais em interação (COSTA, BARROS; MARTINS, 2010).

Como desdobramento deste argumento, torna-se também possível pensar na aproximação profícua entre conteúdos históricos, práticas discursivas, discursos institucionalizados e posições socialmente disponíveis (SPINK; MEDRADO, 2013). Ao mesmo tempo, se é plausível pensar ideologia como a maneira por meio da qual o sentido é mobilizado pelas formas simbólicas para estabelecer e sustentar relações de dominação (THOMPSON, 2011), então pode-se entender que o desenvolvimento da comunicação e de suas figuras de linguagem trazem significativas consequências para o alcance dos fenômenos ideológicos.

Uma figura de linguagem (e importante mobilizadora de sentidos) que vem sendo cada vez mais utilizada na área de estudos organizacionais é a metáfora. Valendo-se de uma comparação abstrata situada no plano das ideias (HATCH; YANOW, 2008), a metáfora tem como objetivo ampliar a compreensão de fenômenos sempre no nível do simbólico e da intuição, como forma de “caracterizar, compreender e refletir sobre as organizações contemporâneas como entidades complexas e paradoxais por meio de diversas abordagens” (ALCÂNTARA *et al.*, 2014, p. 4). Para os autores, a metáfora é um meio de ampliar o pensamento organizacional contribuindo para um entendimento mais profundo das organizações, dos indivíduos que a formam e de suas relações. Tureta, Tonelli e Alcadipani (2011, p. 472) também argumentam que, dentro dos estudos organizacionais, a metáfora tem como função “gerar uma imagem que possa facilitar o entendimento e estudo de um objeto de pesquisa, permitindo investigar até que ponto as principais características da metáfora podem ser encontradas no fenômeno investigado”.

É neste contexto que adquire relevância a análise dos discursos jornalísticos vinculados à prática de construção e disseminação de metáforas, uma vez que, de acordo com Motta

(2013), olhar para as empresas jornalísticas é visibilizar a sua capacidade de influenciar a opinião pública. Nesse sentido, entender as estratégias discursivas utilizadas pela imprensa permite entender que propósitos ideológicos estavam inseridos em seus discursos a fim de identificar as relações de poder e dominação que foram mudando de acordo com seus interesses (FARIAS; MENEGHETTI, 2001; RESENDE; RAMALHO, 2004). Assim, em consonância com pesquisadores que trabalham com a imprensa como objeto de pesquisa e seus editoriais como expressões de seu alinhamento político e ideológico (ver, por exemplo, CAPELATO; PRADO, 1980; LUCA, 2006), esse artigo tem como objetivo compreender, em uma perspectiva histórica, a atuação discursiva do Jornal Folha de S. Paulo em relação ao Golpe Militar de 1964, a partir da análise das construções metafóricas identificadas em seus editoriais de janeiro a maio de 1964 e no Caderno Especial "64 - Brasil continua", publicado em 31 de março de 1964.

2. Fundamentação Teórica

2.1. Metáforas e Estudos Organizacionais

As metáforas (principalmente como estratégias discursivas) são fundamentais para a compreensão dos fenômenos organizacionais porque podem enunciar sobre o que as coisas são, sem dizer explicitamente o que as coisas são. Ou seja, a metáfora, ao dizer sem dizer, abre várias possibilidades semânticas que intersubjetivamente sustentam as relações sociais, em geral, e as relações sociais de dominação, em particular.

Na área de Estudos Organizacionais, desde o início dos anos 2000 cresce a utilização de metáforas como forma de compreensão dos fenômenos organizacionais (BERTERO, 2001; HATCH, 2002). No entanto, é o pesquisador Gareth Morgan que inaugura essa discussão na área a partir dos anos 1980 (CALDAS, 2005). Inicialmente conceituando as teorias organizacionais em relação à campos paradigmáticos (BURRELL; MORGAN, 1979), este autor publica, ainda no início dos anos 1980, um livro cujo foco é "explorar e desenvolver a arte de ler e compreender as organizações" por meio de diferentes metáforas (MORGAN, 1980 - 2013, p. 16).

Ao interpretar as organizações a partir de metáforas, Morgan (1980, 2013, p. 16) aponta que essas não são usadas apenas como um mecanismo de linguagem para melhorar o discurso, mas como "um modo de pensar e uma forma de ver" que determinam como compreendemos o mundo. Isso pode ser observado, por exemplo, no uso da metáfora das organizações como máquinas e como esse modelo de organização se alicerça no desenvolvimento da organização burocrática. Segundo o autor, "quando os administradores pensam nas organizações como máquinas, tendem a administrá-las e planejá-las como máquinas feitas de partes que se interligam, cada uma desempenhando um papel claramente definido no funcionamento do todo" (MORGAN, 1980, 2013, p. 17). Outra metáfora trazida pelo autor é a das organizações compreendidas como organismos. A partir deste modo de pensar, adquirem relevância as necessidades organizacionais e suas relações sistêmicas adaptativas com o ambiente externo. Ou seja, "somos encorajados a compreender como as organizações nascem, crescem, desenvolvem-se, declinam e morrem, além de como são capazes de se adaptarem a ambientes em mutação" (MORGAN, 1980, 2013, p. 17). Nesse sentido, a análise metafórica pode contribuir para a análise de aspectos paradoxais e mais complexos das práticas organizacionais.

Mais recentemente, outros pesquisadores organizacionais passaram a considerar a metáfora como uma figura de linguagem relevante para a interpretação das organizações e dos próprios estudos organizacionais (ver, MCCOURT, 1997; VERGARA; IRIGARAY, 2000; BERTERO, 2001; HATCH, 2002; OSWICK, KEENOY; GRANT, 2002; TURETA, TONELLI; ALCADIPANI, 2011; ALCÂNTARA *et al.*, 2014; MEDEIROS, 2015; LARA, VIZEU; ALVES, 2019). Dentre esses pesquisadores está Bertero (2001) que utiliza a metáfora da Orquestra Sinfônica para referir-se ao processo de gestão das organizações. De acordo com Bertero (2001, p. 88), revisitar a metáfora da organização como orquestra permite o afastamento da “ilusão de que possa existir uma organização perfeita, já pronta, e que bastaria copiá-la para que os problemas organizacionais se solucionassem”. Para o autor, trazer essa metáfora é fundamental para mostrar que, apesar das empresas serem similares às orquestras, marcadas pelo tempo e pelo ambiente que as circunscrevem, carecem de algumas características fundamentais que as orquestras possuem no enfrentamento de seus conflitos.

Hatch (2002), por sua vez, investiga o potencial de rever a descrição da estrutura organizacional a partir da metáfora do Jazz. Para a autora, a metáfora pode engajar e envolver uma base de vivência mais ampla do que qualquer outra abordagem à teorização, no sentido que a metáfora trabalha com a imaginação em sua totalidade. Isto é, a autora defende que a metáfora não funciona simplesmente no âmbito analítico da imaginação, mas convoca, também, capacidades emocionais e estéticas. Hatch (2002, p. 33) aponta que a abordagem metafórica do jazz “contribui com imaginação para o conceito revisto de forma que nos ajuda a ouvir, sentir e nos engajar com nossas estruturas organizacionais, em vez de simplesmente pensar sobre elas”. Alcântara *et al.* (2014, p. 3), também se utilizaram dessa figura de linguagem. Por meio da metáfora da torre de marfim, os autores buscaram discutir e “questionar a falsa dicotomia entre teoria e prática, além da insuficiente saída pragmática”, problematizando o conceito de *práxis* através de uma abordagem crítica. De acordo com os autores, o uso dessa metáfora possibilita o rompimento das barreiras existentes na relação entre teoria e prática, uma vez que permite fugir das dualidades que são, por natureza, complexas e multifacetadas.

Para Cornelissen *et al.* (2008), os pesquisadores que focam na análise de metáforas ou na análise por meio de metáforas abrangem vários domínios disciplinares da pesquisa organizacional, como por exemplo comportamento organizacional e comunicação organizacional. Conforme aponta Medeiros (2015, p. 197) “as metáforas representam nossa capacidade de comparar, além de conceitos, nossas experiências”. Por conseguinte, as metáforas facilitam e ampliam a compreensão do mundo uma vez que “conectam reinos da experiência e imaginação humanas [que] guiam nossas percepções e interpretações da realidade e nos ajudam a formular nossas visões e objetivos” (CORNELISSEN *et al.*, 2008, p. 8).

Mais especificamente no que diz respeito à esfera do discurso, Palumbo (2014), ao analisar um discurso presidencial, argumenta que as metáforas utilizadas em discursos possibilitam que se construam situações enviesadas de acordo com as normas de uma sociedade e com os interesses que estão em jogo. Seguindo nessa direção, “as metáforas estruturam o modo como pensamos e agimos, e nossos sistemas de conhecimento e crença, de uma forma penetrante e fundamental” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 250). Por esse motivo, Palumbo (2014) reforça que a metáfora e o discurso nas instâncias políticas, fundam-se, possibilitando a articulação de emoções, de crenças, de valores e da associação de saberes diversos, que operam como interface entre os sujeitos e a instância política. Para o autor, a

essência da metáfora é compreender uma coisa em termos de outra, não igualando os conceitos, mas tratando-se de uma estruturação parcial com base na linguagem.

Para Cornelissen *et al.* (2008, p. 13) o uso de metáforas realça ou encobre certos aspectos do que representam, e os usos ou os significados de uma única metáfora podem diferir entre os contextos, ou seja, “as metáforas são vistas como dispositivos ou unidades de linguagem implantadas em conversas e contextos específicos”. Desta forma, as metáforas não são vistas apenas como dispositivos de criação de sentido que são acionados por eventos, mas também empregadas ativamente para gerenciar os interesses na interação social e, portanto, funções desempenhadas pelo uso de uma metáfora no discurso são importantes de serem estudadas.

A metáfora, além de ser usada para elucidar a melhor interpretação de uma organização, é também utilizada pelos pesquisadores como uma categoria analítica dos discursos organizacionais (PALASSI *et al.*, 2007; RESENDE, 2009; FAIRCLOUGH, 2016). Isso porque, analisar as metáforas utilizadas no discurso de uma organização dentro do seu contexto simbólico configura-se um caminho para entender seu posicionamento (PALASSI *et al.*, 2007; CAPELATO, 2014). É nessa perspectiva que o presente trabalho se endereça, uma vez que, acredita-se que o conjunto de metáforas utilizado pela empresa Folha de S. Paulo corrobora as discussões historiográficas sobre o golpe de 1964.

2.2. Discurso e Análise Crítica do Discurso

Antes de abordar propriamente o que é a Análise Crítica do Discurso e como essa teórico-metodologia ajuda a entender as estratégias discursivas utilizadas nos textos, vale apontar o que aqui se entende por discurso. Discurso é definido em termos de eventos comunicativos complexos, no qual o acesso e o controle podem ser definidos tanto pelo contexto quanto pelas próprias estruturas dos textos orais e escritos (VAN DIJK, 2001). Wodak (2004, p. 237) complementa ainda que “o poder é sinalizado não somente pelas formas gramaticais presentes em um texto, mas também pelo controle que uma pessoa exerce sobre uma ocasião social através do gênero textual”. Por esse motivo, a linguagem não é transparente, e interpretar não significa atribuir sentido, mas expor-se à opacidade do texto, explicando como um objeto simbólico produz sentidos, tornando-o mais visível e transparente.

Para a análise crítica do discurso (ACD) “as relações entre a linguagem e a sociedade são tão complexas e multifacetadas que é necessário adotar um foco interdisciplinar de pesquisa” (WODAK, 2004, p. 232). Ramalho e Resende (2011, p. 13) corroboram que “sua característica interdisciplinar explica-se pelo “rompimento de fronteiras epistemológicas” com teorias sociais, pelo qual objetiva subsidiar sua própria abordagem sociodiscursiva assim como oferecer suporte para que pesquisas sociais possam contemplar, também, aspectos discursivos”. Isso porque, a ACD concebe o discurso como um fenômeno social e procura, conseqüentemente, melhorar os fundamentos teórico-sociais para praticar a análise do discurso e pontuar o discurso na sociedade (BLOMMAERT; BULCAEN, 2000).

De acordo com Van Dijk (2011) a ACD tem por foco as formas pelas quais as estruturas discursivas encenam, confirmam, legitimam, reproduzem ou desafiam relações de poder e dominação na sociedade. Segundo o autor, esta análise atua como uma investigação analítica discursiva que busca entender como o abuso de poder, a dominação e a desigualdade são

representados e reproduzidos por textos orais e escritos no contexto político e social, concentrando-se, sobretudo, nos problemas sociais e nas questões políticas. Nessa perspectiva, as pesquisas se voltam “especificamente para os discursos institucional, político, de gênero social, e da mídia (no sentido mais amplo), que materializam relações mais ou menos explícitas de luta e conflito” (WODAK, 2004, p. 224).

A ACD também permite “revelar a natureza discursiva de muitas das mudanças sociais e culturais contemporâneas”, conforme aponta Wodak (2004, p. 231). Em particular, a autora aponta que, a linguagem da mídia de massa pode ser minuciosamente analisada como um espaço de poder e de lutas, bem como, um espaço onde a linguagem é aparentemente transparente. Contudo, ela enfatiza que tal construção não é neutra, apesar das instituições midiáticas considerarem-se neutras ao acreditarem que dão espaço para o discurso público e que são capazes de refletir os estados de coisas de forma desinteressada (SOUZA; CARRIERI, 2014). Wodak (2004) afirma que um dos objetivos da ACD é desmistificar os discursos, decifrando as ideologias. Assim, como destacam Mancebo, Costa e Pessoa (2020, p. 126) “o papel da mídia de massa é central para a compreensão dessa construção discursiva e da forma como ela transforma e cria discursos hegemônicos, permitindo que fenômenos ideológicos se tornem fenômenos de massa, reforçando relações de dominação e poder”.

Resende (2009, p. 128) aponta ainda que a ACD, informada pela ciência social crítica, apresenta um “foco mais específico nos modos como a linguagem figura na vida social, e um conjunto de métodos para a análise linguística de dados empíricos, entendendo o texto em sentido amplo – escrito, oral, visual – como unidade mínima de análise”. Segundo a autora, sua relação com diversas disciplinas das ciências sociais são fundamentais. Isso porque, a importância do discurso na vida social transita entre a regulação e a transformação, uma vez que, o poder depende da conquista do consenso e não apenas dos recursos para o uso da força, a ideologia tem importância na sustentação de relações de poder.

De forma a alcançar os objetivos da ACD, Fairclough (2016) propõe um quadro tridimensional para se analisar o discurso: como prática textual, como prática discursiva e como prática social. No que se refere à primeira dimensão, o autor afirma que os textos são geralmente ambivalentes e abertos a diferentes interpretações e o discurso como prática textual é analisado considerando os seguintes aspectos: vocabulário, coesão e estrutura textual.

A segunda dimensão do discurso, a prática discursiva, segundo Fairclough (2016), é constitutiva tanto de forma convencional (contribuindo para reproduzir a sociedade) quanto de forma criativa (contribuindo para transformar a sociedade). Esta dimensão envolve processos de produção, distribuição e consumo textual, que variam entre diferentes tipos de discurso de acordo com fatores sociais, uma vez que os textos são produzidos, distribuídos e consumidos em diferentes contextos sociais. É possível definir, conforme abordam Spink e Medrado (2013), a prática discursiva como linguagem em ação, formas pelas quais as pessoas produzem sentido e se posicionam em suas relações sociais no cotidiano.

Por sua vez, no que diz respeito à terceira dimensão, prática social, Fairclough (2016) corrobora que esta tem vertentes econômica, política, ideológica e cultural. Mais especificamente em relação ao discurso como prática ideológica, o autor aponta que este, “constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 98). Além disso, a prática social é uma

dimensão do evento discursivo, da mesma forma que o texto. De modo complementar, Resende e Ramalho (2004) corroboram que no que se refere à ideologia, os aspectos do texto como os sentidos das palavras, as metáforas, as pressuposições e o estilo podem ser observados como investidos ideologicamente.

Assim, tratando-se especificamente das metáforas, Fairclough (2016) entende que quando se significa algo por meio de uma metáfora específica, também se constrói a realidade de uma maneira e não de outra. Para o autor, algumas metáforas são tão profundamente naturalizadas que as pessoas deixam de percebê-las na maior parte do tempo, considerando extremamente difícil escapar dessa figura de linguagem no discurso. Muitos roteiros discursivos tomam por base as metáforas. Para Resende (2009, p. 138) o uso das metáforas “realça ou encobre certos aspectos do que representam”. Fairclough (2016) sugere que existe uma filiação a uma forma particular de representar aspectos do mundo e de identificá-los, por isso, a importância dessa categoria para a análise do significado identificacional em textos, sobretudo no que se refere ao posicionamento de um jornal frente à mudança política vivida no período.

Entendendo que a metáfora trabalha com a transposição do sentido próprio ao figurado, a ACD trabalha a metáfora como uma categoria analítica do discurso (FAIRCLOUGH, 2016). Isso ocorre, uma vez que a ACD apresenta um foco mais específico nos modos como a linguagem figura na vida social (RESENDE, 2009). Nesse sentido, as metáforas são entendidas como um caminho para investigar e compreender também o posicionamento de determinada organização, no caso do presente trabalho, do Jornal Folha de S. Paulo.

2.3. Imprensa e Ditadura Militar

Na história da imprensa, seus representantes atuaram como opositores e defensores de governos e se destacaram como articuladores dos principais movimentos que mudaram a história do país ao longo do século XX (SMITH, 2000; CAPELATO, 2014). Nesse sentido, a imprensa se torna agente da história que ela ajuda a construir. Cabe aqui salientar que o presente artigo entende por grande imprensa "os órgãos de divulgação cuja veiculação pode ser diária, semanal ou mesmo que atuem em outra periodicidade, mas cuja dimensão, em termos empresariais, atinja uma estrutura que implique na dependência de um alto financiamento publicitário para sua sobrevivência" (AQUINO, 1999, p. 37). Capelato (2014) reforça que os jornais, além de fontes de informação, tiveram (e alguns ainda têm) um importante papel como formadores de opinião.

Smith (2000) corrobora que a imprensa e o governo têm-se entrelaçado fortemente ao longo da história, se influenciando mutuamente. De acordo com a autora, a imprensa é uma entidade multifacetada, pois é um ator econômico e sociopolítico, havendo uma tensão decorrente dessas identidades duplas que não são necessariamente complementares. Além disso, como empresa de negócios, a imprensa interage com o governo em múltiplas frentes. Assim, “as principais publicações jornalísticas no Brasil, em sua maioria, são de propriedade privada e têm fins lucrativos. Vinculam-se diretamente com outros meios de comunicação e outros setores empresariais” (SMITH, 2000, p. 20). Desse modo, cabe salientar que “na operação de selecionar o que e quem deve figurar em suas páginas, e como, os periódicos divulgam determinados eventos, grupos e experiências sociais; ao mesmo tempo, quedam no anonimato outros eventos, grupos e experiências” (CARVALHO, 2015, p. 396).

Abreu (2005) também aponta que a imprensa foi um dos vetores da divulgação do discurso do fantasma do comunismo que foi utilizado como uma das principais justificativas para a derrubada do governo de João Goulart, em 1964. De forma geral, a grande imprensa também se opunha às mobilizações de massa de Goulart e suas pretendidas reformas de base como a reforma agrária e a sindicalização de militares. De acordo com Abreu (2005), quando a crise político-econômica se instalou, ainda em 1963, os jornais foram mudando o discurso, formulando ou acompanhando as orientações dos grupos favoráveis à queda do governo. Para a autora, essa atitude da imprensa pode estar relacionada ao fato de que nos anos 1960 ocorreu o apogeu do jornalismo político, que acompanhava reivindicações e contestações político-ideológicas.

É possível verificar que de muitas formas a imprensa conseguiu influenciar e pressionar governos de acordo com seus interesses. E no caso mais específico desta pesquisa, a grande imprensa foi fundamental na desmoralização e desestabilização do governo do presidente Goulart no período em que antecedeu o golpe de 1964 (SMITH, 2000). De acordo com a autora, como um ator político a imprensa pode se dispor de alianças com a oposição ou com grupos subordinados ao Estado. Desse modo, pode-se afirmar que a imprensa agiu como uma incentivadora do golpe de 1964, uma vez que, de acordo com Smith (2000) parte de suas publicações contribuíram para a rejeição pública de Goulart. Como complementa Campos (2018, p. 13), “boa parte da grande imprensa escrita brasileira fez oposição ao governo Goulart, referindo-se a um suposto perigo comunista e caos administrativo no período”.

Para Abreu (2005), a sequência de greves, as fortes críticas à política econômica do governo juntamente com a mobilização dos grupos de esquerda e de direita e a revolta dos sargentos, permitiu a instalação de um clima de grande instabilidade política e econômica do país. Quando, por sua vez, Goulart decidiu apoiar a esquerda e promover comícios nas principais cidades do país a fim de mobilizar a população a favor das reformas de base, “a relação entre o comício e o comunismo foi estabelecida pelos jornais, pelos políticos, pela Igreja e pelos empresários (...) Os jornais que até então defendiam a manutenção do regime constitucional passaram a pedir intervenção das Forças Armadas” (ABREU, 2005, p. 18).

De acordo com Capelato (2014, p. 304) a “posição dos jornais da grande imprensa em face ao regime civil-militar, em suas várias fases, não era homogênea e também registrou alterações ao longo do período”. Segundo a autora, desde o apoio unânime ao golpe de 1964 à oposição majoritária nos pós 1968, os jornais demonstraram sua relevância, tanto no papel de defensores do poder e de propagandistas de suas políticas, como na condição de opositores ao regime quando viram esgotadas as possibilidades do projeto autoritário. De qualquer modo, a atuação da imprensa está entre os elementos que foram fundamentais para a desestabilização civil e contribuiu para a efetivação e legitimação do movimento de tomada de poder pelos militares em 1964. Isso se dá uma vez que o discurso produzido pelos jornais não somente reflete, mas também interfere de forma significativa na construção social da realidade.

3. Procedimentos Metodológicos

A presente pesquisa, de natureza qualitativa e documental, analisou os editoriais da Folha de S. Paulo. A escolha desse jornal, considerado um significativo representante da grande imprensa e um dos principais conglomerados de mídia no Brasil na época, ocorreu, em

função do seu escopo de circulação e influência (CAPELATO, 2014). Outra justificativa para essa escolha está no fato da Folha de S. Paulo já ter sido identificada em pesquisas anteriores e no Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), como uma empresa que atuou de forma bastante colaborativa com o governo ditatorial (DIAS *et al.*, 2014; COSTA; SILVA, 2017; 2018).

Dentro do Jornal Folha de S. Paulo, a análise se restringiu aos Editoriais de janeiro a maio de 1964 e ao Caderno Especial “64 - Brasil continua” publicado em 31 de março de 1964. A escolha pelos editoriais justifica-se por esses expressarem o posicionamento político do jornal. Marques, Mont'Alverne e Mitozo (2018, p. 225) apontam que os editoriais são escritos por profissionais designados pela direção do jornal para representar a opinião da empresa. Como reforça Mello (2020, p. 181), “os textos opinativos ficam restritos aos editoriais, que expressam o ponto de vista do jornal, e às colunas, que mostram a visão de cada colunista”. Além disso, a escolha pelo Caderno Especial justifica-se por esse ter sido publicado um dia antes do golpe civil-militar de 1964 e possuir um robusto escopo de páginas apontando para o período de crescimento e desenvolvimento, bem como, uma página editorial com os votos do jornal para aquele determinado contexto político e econômico. Desse modo, o presente artigo optou por não analisar as capas, as manchetes e as demais publicações do jornal, tendo em vista que o interesse da pesquisa estava em entender o posicionamento do jornal, que é explicitado e chancelado nos editoriais.

Salienta-se que esse artigo adota a noção de arquivo, uma vez que entende os editoriais como uma documentação de caráter privado que diz respeito ao acervo de uma organização. Entende-se que esses arquivos são construídos a partir de práticas humanas e, portanto, sujeitos a um conjunto de transformações que dão a ele forma (BARROS, 2016). Durepos, Shaffner e Taylor (2019) acrescentam que os arquivos não são neutros e nem inocentes. Por esse motivo, Barros, Carneiro e Wanderley (2019) reforçam a necessidade de uma abordagem reflexiva do pesquisador ao lidar com os arquivos para lidar com a característica constitutiva dos arquivos e documentos.

Cabe acrescentar que o advento da internet permitiu um aumento de documentos digitalizados ampliando a possibilidade de criação de arquivos e suas formas de acesso (BARROS, 2016). Desse modo, além dos editoriais estarem disponíveis nos arquivos da Biblioteca Nacional e do Arquivo Nacional, o acervo do jornal Folha de S. Paulo [<https://acervo.folha.com.br/index.do>] permite o acesso à versão digital de todas as páginas do jornal desde 1921. Os editoriais podem ser localizados por data exata, palavras-chaves e ainda, por conteúdo, sendo possível aos assinantes do jornal baixar as páginas no formato de pdf. No entanto, por ser um acervo baseado em digitalização dos jornais impressos da época, algumas páginas ou trechos são ilegíveis.

No caso dos editoriais, foi realizada uma leitura prévia e selecionados os editoriais que abordavam temáticas como: governo federal, presidente João Goulart, comunismo, crise, desordem, reforma, presidente, democracia, povo, ilegalidade, legalidade, forças armadas, empresas, revolução, ordem, entre outros, que estivessem ligadas ao campo mais macro do contexto político do país e, que sobretudo, utilizassem metáforas. Desse modo do período de 01 de janeiro a 31 de maio de 1964, 11 editoriais foram selecionados para análise conjunta ao editorial apresentado no Caderno Especial, como apresentados no quadro 1.

Quadro 1: Editoriais selecionados para análise.

JANEIRO	
01/01/1964	1964
02/01/1964	O ano das reformas
10/01/1964	Alfabetização suspeita
FEVEREIRO	
06/02/1964	A demagogia do mínimo
12/02/1964	Beneficiários da inflação
23/02/1964	Mínimo e carestia
MARÇO	
19/03/1964	Impeachment, não
31/03/1964	Caderno Especial: 64 - Brasil continua
ABRIL	
04/04/1964	A vez dos políticos
11/04/1964	Novo presidente
MAIO	
06/05/1964	Reconstrução
28/05/1964	Contra a subversão

Fonte: Elaborado pelas autoras.

4. Análise de dados

Tendo em vista que, para a ACD, a análise de metáforas permite a identificação tanto do processo de construção de uma realidade pretendida (e não de outra) quanto da transposição do sentido próprio ao figurado (FAIRCLOUGH, 2016), nesse item serão discutidas as metáforas identificadas como as mais relevantes apresentadas pelos editoriais do jornal ao longo do período estudado. Vale ressaltar que, considerando a análise tridimensional de Fairclough (2016), a metáfora está inserida na dimensão da prática textual que será relacionada com a prática discursiva (formas pelas quais as pessoas produzem sentido) e a prática social (linguagem como manifestação de ideologia) ao longo da análise.

O contexto histórico e político da publicação dos editoriais era, segundo Schwarcz e Starling (2015) muito singular, tendo em vista as reformas do Governo de João Goulart: agrária, urbana, bancária e eleitoral que estavam previstas, dentro de um contexto econômico de inflação alta, salários desvalorizados e aumento de custo de vida. Os editoriais do mês de janeiro e suas construções metafóricas evidenciam essa singularidade.

Logo no primeiro dia de janeiro de 1964 o jornal utiliza-se desse elemento linguístico para evidenciar as problemáticas já vivenciadas pelo Brasil, como mostra o trecho abaixo:

*Força, porém é reconhecer que apesar de **tantos mares** e de tamanhos empecilhos, o Brasil vai prosperando e assegurando-se a posição de respeito cada vez maior no mundo civilizado. Deve-se isto a capacidade de trabalho de seu povo e a fé que ele manifesta em sua pátria. A inspiração que ele recolhe de sua tradição cristã e ao sadio otimismo com que encara a vida (Folha de S. Paulo, 01/01/1964, grifo nosso).*

A figura de linguagem “**tantos mares**” trata-se de uma metáfora marítima que remete à imensidão. Ligada ao mar, expressa a grande dimensão do país e uma significativa dificuldade de controle, uma vez que os mares possuem forças e dinâmicas próprias. Nesse

sentido, pode-se identificar que, por meio do uso desta metáfora, o jornal faz referência ao turbulento contexto nacional e seus empecilhos. O jornal aponta também para a necessidade de se ter força (e um sadio otimismo) para manter a capacidade de trabalho do seu povo que aparece como fator que influencia a prosperidade que ainda era possível se ter no Brasil, apesar das dificuldades.

Ainda em relação ao contexto, Abreu (2005) ressalta que um ponto relevante de se destacar é que João Goulart - principal herdeiro político de Getúlio Vargas e presidente do partido trabalhista brasileiro (PTB), tendo sido marcado como um político de tendências ideológicas de esquerda - era identificado por parte da elite política brasileira como um presidente sem capacidade para governar o país. O que é expresso pela metáfora "**cruzar os braços**", utilizada pelo Jornal, no dia seguinte:

*E mais difícil ela se torna [...] porque o atual governo, que fez do reformismo a tecla praticamente única em que sabe bater, não soube equacionar com precisão nenhuma reforma. (...) Continua o presidente a alegar que, na situação atual, é impossível fazer alguma coisa para resolver os problemas brasileiros. É uma tese simplista e cômoda, pois pode ser invocada para justificar a omissão e a incapacidade das autoridades que se dariam ao luxo de **cruzar os braços** à espera de alterações profundas na estrutura do país (Folha de S. Paulo, 02/01/1964, grifo nosso).*

Cruzar os braços à espera de algo. Esta metáfora permite compreender a crítica do jornal ao não agir do presidente da República, elucidando uma imobilização ou falta de ação. Pode-se notar que o jornal refere-se a inércia do presidente em tomar ações antes que se tenham "alterações profundas na estrutura do país". O jornal aqui, preocupa-se em apontar para incapacidade do então presidente João Goulart de lidar com as dificuldades enfrentadas pelo país, apontando seu alinhamento com grande parte do empresariado nacional, naquele momento. Para o jornal, "do ponto de vista das possibilidades técnico-administrativas, os efeitos do grande salto da inflação de 1963 podem ser consideravelmente neutralizados, se o governo quiser e souber" (Folha de S. Paulo, 03/01/1964). Deste modo, fica evidente que o jornal esperava uma ação técnica do presidente João Goulart para enfrentar as dificuldades econômicas do país.

Ao mesmo tempo, a historiografia aponta para a imprensa como um dos vetores da divulgação do discurso do fantasma do comunismo, sendo essa uma das principais justificativas para a derrubada do governo (ABREU, 2005). Como complementa Campos (2018, p. 13), "boa parte da grande imprensa escrita brasileira fez oposição ao governo Goulart, referindo-se a um suposto perigo comunista e caos administrativo no período". E isso pôde ser observado ainda no mês de janeiro, quando as críticas ao comunismo começam a aparecer nas linhas dos editoriais:

*São, pois fundados os temores de que a alfabetização, de que cuida agora o Ministério, seja usada não para o nobre fim que aparentemente se propõe, mas com o objetivo de incutir a **semente comunizante** em nossos "patrícios" (Folha de S. Paulo, 10/01/1964, grifo nosso).*

Como crítica ao comunismo, a metáfora utilizada pela Folha foi “**semente comunizante**”, que faz uma referência a crescimento, germinação e geração de frutos. Aqui, entretanto, essa metáfora é usada para mostrar o quanto esse processo de germinação é perigoso, uma vez que está associado aos perigos do comunismo. O jornal utiliza-se deste elemento metafórico como forma de acusar o Ministério da Educação de fazer crescer, germinar e contaminar a sociedade com essa ideologia.

As três metáforas identificadas nos editoriais até o momento, já encaminhavam para uma situação delicada e explosiva do contexto social e político brasileiro. Em fevereiro, diante do acirramento da situação política e econômica que vivenciava o país, Skidmore (2010) aponta que João Goulart passou a recorrer a controles diretos, baixando decretos e criando novas agências para controlar os preços dos produtos essenciais, como roupas, sapatos e remédios. Assim, os editoriais do mês de fevereiro vão seguir na mesma linha de construção metafórica contrária a seus atos:

*Condena-se ainda o modo **paternalístico** com que o governo age nessa questão. Quer aparecer como um **pai generoso**, que cuida de presentear os filhos com algo importante para enfrentar as dificuldades presentes. Como se não tivesse a menor responsabilidade por essas dificuldades. Como se só essa medida estivesse ao seu alcance para evitar que milhões de trabalhadores sejam **asfixiados** pela inflação. E protela, e transfere sua decisão, e adia decretação do mínimo, como quem procura valorizar sua "dívida" e com isso fazer jus a maior gratidão por parte dos beneficiários. (...). O mínimo tem que vir, e vir logo - por que não resolver o assunto de uma vez, e acabar com a agitação? Mas ao governo parece que interessa manter sempre o país sob a **ameaça das paredes intranquilizadoras** (Folha de S. Paulo, 06/02/1964, grifo nosso).*

A metáfora “**pai generoso**” é também utilizada pelo jornal no sentido de condenar o então governo como sendo paternalista. De acordo com o dicionário de política de Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998, p. 908), paternalismo “indica uma política social orientada ao bem-estar dos cidadãos e do povo, mas que exclui a sua direta participação: é uma política autoritária e benévola, uma atividade assistencial em favor do povo, exercida desde o alto, com métodos meramente administrativos”. Para expressar tal política, os autores referem-se “usando de uma analogia, à atitude benevolente do pai para com seus filhos "menores"”. É desta forma que a metáfora é utilizada. No editorial, a Folha condena um alegado paternalismo, porque assume que, ao assim proceder, o governo isenta-se de responsabilidade. Para o jornal, João Goulart estava protelando o aumento do salário mínimo, indicando que o presidente apenas anunciava que o decretaria no futuro. Além disso, o jornal criticava que o aumento do salário mínimo fosse a única forma de minimizar os impactos da alta inflação. O mesmo editorial vai trazer a metáfora “**asfixia**” fazendo referência aos milhões de trabalhadores que estavam sofrendo o impacto da alta inflação. O jornal ainda utiliza os termos “**ameaça**” e “**paredes intranquilizadoras**” para enfatizar que o governo estaria interessado em manter a população sob controle ao manter esse contexto de preocupação e protelar ações mais efetivas.

Alguns dias depois, o jornal utiliza a metáfora “**poeira nos olhos**” em seu editorial, para fazer uma crítica à postura do presidente de não falar a verdade sobre os problemas nacionais:

*O projeto de lei que se diz estar com o presidente da República, sobre reestruturação das caixas econômicas federais, e já criticado em seus aspectos gerais nesta página sábado passado, apresenta grandes deficiências. (...) Antes de mais nada, ele tem o vício moral de reconhecer, como já observamos em nosso comentário anterior, a incapacidade do governo de conter a inflação. (...) O demagógico projeto de decreto equivale a jogar **poeira nos olhos da nação**. Pois ele vem desviar a atenção dos verdadeiros problemas nacionais (Folha de S. Paulo, 12/02/1964, grifo nosso).*

Para o jornal, João Goulart não queria deixar transparecer o que realmente acontecia no país. Pelo contrário, para o jornal, o governo tentava ofuscar a realidade cegando, temporariamente, a população. Como em editoriais anteriores, o texto busca frisar a dificuldade do governo em conter a inflação ao declarar que “*antes de mais nada, ele tem o vício moral de reconhecer, como já observamos em nosso comentário anterior, a incapacidade do governo de conter a inflação*” (Folha de S. Paulo, 12/02/1964). Além disso, o jornal era contra o projeto de lei mencionado porque apontava não haver justificativa para que o governo decreta “*apenas a proteção dos depositantes de caixas econômicas, e não a do consumidor em geral e do próprio Tesouro*” (Folha de S. Paulo, 12/02/1964). O termo “demagógico” aparece ainda de forma pejorativa como se o novo projeto de reestruturação do governo fosse apenas uma distração para afastar o foco dos reais problemas nacionais.

E mesmo após a definição de um novo salário mínimo, o jornal, por meio de seu editorial, continua a questionar os atos do presidente da República que mesmo sendo “uma preocupação louvável”, é tardia e não controla a inflação:

*Temos aí o novo mínimo e desta vez acompanhado de medidas pelas quais pretende o governo defender a economia popular, mais especificamente tentando impedir que a majoração salarial concedida seja absorvida por aumentos injustificáveis de preços, que a anulariam ou a tornariam insuficiente no mesmo ato de decretação. É uma preocupação louvável, embora tardia.(...) De tal modo que os cuidados agora demonstrados pelo governo pouco mais representam que uma tentativa de colocar a **tranca na porta já arrombada**.(...) Como o governo é e continua sendo o principal responsável pela inflação - seja pela incapacidade de controlá-la, seja pelos impulsos que lhe dá - aumentar o mínimo não passa de obrigação sua.(...) Muito do esforço que o atual governo vem despendendo em prol das reformas de base - umas necessárias, outras discutíveis, outras irrealizáveis, outras ainda puramente demagógicas - deve ser canalizado para um objetivo mais simples e mais imediato, que é a contenção da inflação.(...) Faça dessa luta, o governo, sua principal meta e merecerá o reconhecimento de todos. Dê o bom exemplo para acabar com a irracional corrida entre salários e preços e por certo contará com o apoio e a colaboração da esmagadora maioria de brasileiros, para os quais o processo inflacionário já ultrapassou de há muito os limites do tolerável (Folha de S. Paulo, 23/02/1964, grifo nosso).*

A metáfora utilizada pelo jornal para expressar esse argumento e para criticar as ações “atrasadas do governo” na busca por resolução de problemas foi colocar “**tranca na porta já arrombada**”. O editorial utiliza essa metáfora também para enfatizar seu posicionamento contra os esforços do governo em prol das reformas de base, consideradas desnecessárias e “puramente demagógicas”. O termo demagogia é utilizado com frequência - e de forma depreciativa - nos editoriais analisados para se referir ao governo de João Goulart. A

demagogia não é uma forma de Governo, no entanto, de acordo com Zucchini (1998, p. 319), pode ser compreendida como "uma praxe política que se apoia na base das massas, secundando e estimulando suas aspirações irracionais e elementares, desviando-a da sua real e consciente participação ativa na vida política. Este processo desenvolve-se mediante fáceis promessas impossíveis de ser mantidas (...)". Para o jornal os esforços do governo deveriam ser canalizados "para um objetivo mais simples e mais imediato, que é a contenção da inflação".

Março é um mês icônico. No dia 10, o presidente João Goulart discursa em cadeia de rádio e televisão para todo o país anunciando "medidas para conter a inflação, solucionar a crise cambial, aumentar as exportações, combater a sonegação de impostos e renegociar a dívida externa visando a equilibrar a balança de pagamentos" (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 246). Tratava-se de um pronunciamento importante, onde o presidente anunciou seu programa de reformas de base, e que repercutiu de forma diferente na imprensa escrita. Três dias depois, realiza-se um comício gigantesco, na Praça da Central em frente à principal estação ferroviária do Rio de Janeiro (SKIDMORE, 2010). Com a sociedade polarizada e com a acusação das frentes mais conservadoras de que Goulart pretendia manter-se no poder mesmo ao final de seu mandato, com alteração na Constituição ou mesmo com um golpe de Estado (DIAS, 2014), os temas da legalidade e da democracia passaram a prevalecer nos editoriais.

Frente a isso, o tema do impedimento ou não do presidente passou a fazer parte dos editoriais. No mesmo dia em que foi organizada, por setores do clero e por entidades femininas, a Marcha da Família com Deus e pela Liberdade (com o apoio de militantes da classe média contrários ao comunismo e favoráveis à deposição do presidente da República), foi publicado o seguinte editorial:

*O impedimento não deve ser cogitado, por numerosas outras razões, muito mais sérias, e entre elas a que ele, no momento, apenas serviria aos interesses dos que querem tumultuar o país e criar clima para a subversão. [...] a cegueira política, os compromissos ideológicos, os interesses de facção fazem com que uns neguem com veemência notórios excessos que o sr. João Goulart vem praticando, e outros considerem sistematicamente criminosos os mais rotineiros atos do presidente. (...) O que deve ter em vista é que o Parlamento Nacional, por seus erros, suas omissões e suas acomodações, tem de certo modo contribuído para os atos do sr. João Goulart que agora seriam caracterizados como crimes de responsabilidade, capazes de justificar o impedimento. (...) "Impeachment", não. **Já há fogueiras acesas em demasia, para que se lance mais combustível a elas** (Folha de S. Paulo, 19/03/1964, grifo nosso).*

A metáfora "**fogueiras acesas**" apontada pelo editorial enuncia que já haviam madeiras queimando, ou seja, que já haviam problemas demais sendo vivenciados pela sociedade brasileira. Para o jornal, esses problemas teriam sido criados por diferentes agentes sociais e, pensar em impedimento (*Impeachment*) seria jogar combustível nessa fogueira. Isto é, apenas aumentaria mais o fogo que poderia, como desdobramento, se tornar incontrolável e levar a um crescimento da complexidade política já vivenciada no país. De acordo com o jornal, o impedimento só serviria "aos interesses dos que querem tumultuar o país e criar

clima para a subversão". Por isso, apesar da Folha de S. Paulo considerar as ações de Goulart como "notórios excessos", o jornal levanta a bandeira "Impeachment, não".

Como exemplo da complexidade política desse momento histórico, ainda no mês de março ocorreu uma homenagem feita ao presidente da República, pela Associação dos Sargentos e Suboficiais da Polícia Militar. Ferreira e Gomes (2014, p. 328) apontam que "a Associação dos Sargentos e Suboficiais da Polícia Militar havia agendado, com bastante antecedência, a solenidade de posse da nova diretoria para o dia 30 de março, no auditório do Automóvel Clube, no centro do Rio de Janeiro". A Associação completava quarenta anos e os diretores decidiram homenagear o presidente João Goulart que, por sua vez, concordou em discursar nessa reunião. Em circunstâncias normais, não haveria problema o comparecimento do presidente, já que era tradição homenagear autoridades públicas em ocasiões como essa. No entanto, em um país polarizado e vivendo uma crise militar decorrente - em parte - dos desdobramentos da rebelião dos marinheiros, a atitude do presidente foi interpretada com um ato que dava continuidade à quebra da disciplina e hierarquia nas Forças Armadas. Assim, "quando Jango saiu da sede do Automóvel Clube, naquela noite do dia 30 de março, a crise político-militar chegou ao auge" (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 331). Diante desse cenário, ao amanhecer do dia 1º de abril houve um movimento em conjunto dos oficiais das Forças Armadas que se sentiram ameaçadas pela quebra da disciplina e hierarquia na instituição (SKIDMORE, 2010).

Para fechar o mês de março, o Jornal Folha de S. Paulo publica um caderno especial cujo tema é "64 - Brasil continua", com algumas falas positivas, otimistas e esperançosas no que diz respeito à capacidade de crescimento do país. Esse caderno especial apresenta a particularidade de ter sido publicado às vésperas do Golpe Militar e apresentar uma série de empresas que também anunciavam mensagens de crescimento, confiança, esperança e futuro, discurso bem diferente dos editoriais anteriores (SANTOS; COSTA, 2019). Neste caderno, também foram identificadas várias construções metafóricas. Escolhemos uma para representar o encarte especial:

*Baseia-se 64-BRASIL CONTINUA em meticuloso trabalho de levantamento estatístico e econômico, assim como no depoimento de indiscutíveis líderes dos vários campos que esta construtiva reportagem abrange. E porque assim se fundamenta em números e observações insuspeitas, ao lado das manifestações daqueles que, responsáveis pelo desenvolvimento dos setores apresentados à consideração do público, não têm dúvida em olhar com plena confiança o futuro, a mensagem que deixamos, entre alegres e orgulhosos, ante os olhos dos leitores, é um grito de confiança, um AVANTE sem restrições. **Nem tudo são rosas**, apenas rosas, em todos os campos. Há problemas, e graves. Mas o que existe de mais importante é que nenhum deles surge como insolúvel. O caminho até aqui percorrido, pelos desbravadores em alguns casos, por seus herdeiros e continuadores em outros, ensinou a todos a grande lição da experiência técnica e administrativa. Com essa lição vem a capacidade de equacionar os problemas em termos cada vez mais científicos, na busca de crescente produtividade e com interesse cada vez mais social (64 – BRASIL CONTINUA, p.3, grifo nosso).*

No trecho acima, é possível identificar na expressão "indiscutíveis líderes", que o jornal enfatiza a certeza do exercício dessa liderança como verdade, legitimando o discurso dos anunciantes e empresários do caderno especial para as afirmações subsequentes. De forma

complementar, em “construtiva reportagem” e “observações insuspeitas” é possível observar adjetivos que colocam em evidência a avaliação positiva feita pelo jornal sobre seu próprio texto como benéfico. No mesmo fragmento pode-se identificar a metáfora “**nem tudo são rosas**”. Isso, para dizer que em qualquer contexto, mesmo em um momento de crescimento e desenvolvimento do país (ou, seguindo a mesma metáfora, em um jardim florido), considera-se a existência de potenciais problemas graves que precisam de atenção no futuro. Ou seja, o golpe militar não iria resolver, de imediato, todos os problemas, mas eles são passíveis de serem solucionados porque os líderes agora seriam outros, não mais o ex-presidente, inerte e incapaz.

Para o jornal Folha de S. Paulo, essa tomada de poder, foi inicialmente celebrada e formulada como uma ocorrência exemplar e positiva, narrada como “Revolução” necessária, imediatamente associada a outros eventos, de forma a conceder-lhe densidade histórica (MENESES, 2013). Assim, o acontecimento é celebrado como evento marcante que encaminhou o país, “removidos os fatores de agitação”, para um rumo certo. Desse modo, os editoriais do mês de abril são marcados por esse apoio à tomada de poder pelos militares, utilizando-se de recursos linguísticos para justificar o golpe mostrando sua necessidade para crescimento do país, como se observa no fragmento abaixo:

Removido os fatores de agitação do assunto, manejados e estimulados pelo governo deposto, é hora de o Congresso cuidar seriamente do problema. A respeitabilidade que o tema das reformas de base não chegou a adquirir na boca do antigo governo volta a existir agora, quando são outras as condições do país. (...) Saibam os civis preservar a vitória que as duras penas as Forças Armadas alcançaram, interpretando os sentimentos democráticos da nação (Folha de S. Paulo, 04/04/1964).

Partindo disso, o jornal aponta que agora “é hora de o Congresso cuidar seriamente do problema” e deixa mais um conselho para a sociedade: “saibam os civis preservar a vitória que às duras penas as Forças Armadas alcançaram, interpretando os sentimentos democráticos da nação”. Nessa afirmativa, o jornal faz referência ao chamado sacrifício das Forças Armadas e constrói uma identificação coletiva entre a nação e as Forças Armadas. Esta construção discursiva foi tão forte que até os dias de hoje é possível ouvir, de grupos sociais mais conservadores, que a tomada de poder pelos militares em 1964 foi necessária para o comunismo não se instalar no Brasil.

Neste mesmo mês de abril, o jornal utiliza a metáfora “**passos de tartaruga**” em seu editorial:

*A promulgação do Ato Institucional confere ao presidente da República, a ser eleito hoje pelo Congresso, responsabilidades excepcionalmente graves. (...) Tão amplos poderes, perigosos pela sua mesma amplitude, deverão ser exercidos com o máximo de discernimento e de ponderação, e é essa a esperança que o país deposita no homem que o Congresso elegerá hoje. O Ato Institucional demonstrou, pelo que se pôde ver, extrema sensibilidade em relação a um dos nossos mais velhos problemas: o da morosidade legislativa, traduzida em centenas de projetos que não acham meios de caminhar nas duas casas do Congresso, senão a **passos de tartaruga**. (...) Tudo indica que se pode confiar em que isso aconteça. O gen. Castelo Branco que, com a retirada*

da candidatura do gen. Amauri Krueel, deverá ser conduzido pelo Congresso à chefia do governo, é elemento perfeitamente identificado com os altos objetivos da revolução e tem condições pessoais para usar com equilíbrio os poderes de emergência postos em suas mãos. Não lhe faltará nem a confiança nem o apoio da opinião pública. Fazer bom uso de uma e de outro é talvez a sua principal tarefa (Folha de S. Paulo, 11/04/1964, grifo nosso).

Ao utilizar essa metáfora, o jornal faz referência à lentidão do Congresso e à sua pouca disposição para agilizar os processos de mudança e tomada de decisões. Aqui não é mais uma crítica direcionada ao ex-presidente deposto, mas uma crítica às duas casas do congresso: Câmara e Senado. O Ato Institucional divulgado dia 9 de abril de 1964 modificava o Poder Legislativo como, por exemplo, ao determinar que o governo militar poderia cassar mandatos legislativos, suspender direitos políticos por dez anos ou afastar do serviço público quem fosse considerado uma ameaça à segurança nacional (SKIDMORE, 2010). O jornal aponta que o Ato demonstrou "extrema sensibilidade" no que se refere a morosidade legislativa, tendo em vista que dezenas de projetos estavam encaminhados a "passos de tartaruga", metáfora utilizada pelo jornal para indicar a demora desses encaminhamentos.

Em maio, porém, o foco do jornal seguiu em apontar para às dificuldades enfrentadas pelo novo governo após as denominadas "heranças problemáticas" deixadas por Goulart:

*As repetidas homenagens às novas autoridades, ainda mesmo quanto sinceras - e nem todas assim se podem classificar - furtam apreciável tempo à administração. E está, insista-se, está profundamente desorganizada, pois **o que o atual governo herdou foi uma pobre máquina com quase todas as peças danificadas**. (...) Cada minuto é precioso para o trabalho de reconstrução. Por outro lado, a atividade do governo só poderá dar bons frutos se aplicar a uma população tranqüila. E essa desejada e necessária tranqüilidade ainda não se acha plenamente restituída no país. (...) A tarefa do governo revolucionário é, pelo que se vê, difícil. Por isso mesmo, devemos ter paciência na espera dos frutos de sua ação, mas ao mesmo tempo devemos estar bem despertos para tudo aquilo que se oponha ao trabalho restaurador, ou o dificulte (Folha de S. Paulo, 06/05/1964, grifo nosso).*

O jornal se utiliza da metáfora "**pobre máquina com quase todas as peças danificadas**" para argumentar acerca das dificuldades de se reconstruir algo diante da herança deixada por Goulart e para pedir paciência à sociedade. Os problemas não eram enunciados como estruturais da sociedade brasileira e sim como consequências de uma gestão de menos de três anos do governo anterior. Por isso, começa a utilizar o termo "reconstrução", acreditando numa ação de reparação dos danos causados por Goulart sob o novo governo comandado por Castelo Branco. Ou seja, o jornal aposta em um Brasil novo, um Brasil diferente, um Brasil saudável que agora andaria na direção certa:

*A intervenção das Forças Armadas, e das correntes civis que se lhe aliaram para depor a antiga situação, teve assim o caráter de um **remédio heroico**, aplicado em desespero de causa, num **doente que quase se poderia considerar já condenado**. (...) Permitir a continuação desse estado de coisas seria até um crime para as Forças Armadas, que têm o dever constitucional de defender a pátria e garantir os poderes constituídos, a*

lei e a ordem. (...) O que desejamos atingir é aquilo que o ministro Costa e Silva disse ser também o desejo da Revolução: “uma situação de segurança que pode ser expressa em liberdade com autoridade e responsabilidade, riqueza sem privilégios, democracia sem demagogia, e governo do povo sem corrupção.” (Folha de S. Paulo, 28/05/1964, grifo nosso).

Os editoriais do final do mês de maio seguiram justificando a tomada do poder pelos militares e a deposição do presidente como algo revolucionário, necessário e inevitável. Um **"remédio heroico"**. O jornal utiliza-se dessa metáfora a fim de apontar que esse remédio foi aplicado para curar a sociedade brasileira, discursivamente construída como um "doente que quase se poderia considerar já condenado". E por defender a pátria, os poderes constituídos, a lei e a ordem, o remédio também recebe o adjetivo de heroico.

Por fim, as doze metáforas analisadas, sintetizadas no Quadro 2 abaixo, permitem a compreensão de como estas foram usadas ativamente para gerenciar interesses específicos de/em interações sociais. Por meio da análise das construções metafóricas identificadas nos editoriais de janeiro a maio de 1964 e no Caderno Especial “64 - Brasil continua” foi possível compreender que a atuação discursiva do Jornal Folha de S. Paulo durante o Golpe de 1964 foi marcada por dois grandes momentos. Primeiro, um movimento de desestabilização e deslegitimação do governo de João Goulart seguido de significativo apoio à tomada de poder pelos militares. Este movimento pode ser identificado nos editoriais de janeiro e fevereiro que apontavam para as problemáticas do país vivenciados no governo de Goulart e sua inércia enquanto presidente, incluindo os primeiros editoriais do mês de março. Segundo, um movimento de forte alinhamento do jornal com os desdobramentos do golpe de 1964 e apoio ao novo governo institucional, identificados no caderno especial e nos editoriais de abril a maio.

Quadro 2: Síntese da análise metafórica dos editoriais.

Mês	Metáforas
Janeiro	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Tantos mares: fazendo referência às problemáticas vivenciadas no país; ✓ Cruzar os braços: referindo a inércia do presidente em tomar ações; ✓ Semente comunizante: propondo que o Ministério da Educação do governo de Goulart tinha não outro objetivo a não ser fazer crescer e contaminar a sociedade com ideologia comunista.

Fevereiro	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Pai generoso: referindo-se à forma como o governo estava agindo em relação ao salário mínimo; ✓ Asfixia: fazendo referência aos milhões de trabalhadores que estavam sofrendo o impacto da alta inflação; ✓ Poeira nos olhos: referindo-se ao interesse do governo em cegar, confundir ou distrair a nação com a publicação de um projeto de lei; ✓ Tranca na porta já arrombada: referindo-se às ações atrasadas do governo na busca pela resolução dos problemas.
Março	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Fogueiras acesas: apontando para um crescimento da complexidade política já vivenciada no país; ✓ Nem tudo são rosas: para dizer que mesmo em um momento de crescimento e desenvolvimento do país em que o jornal intitulava estar considera-se a permanência de problemas graves.
Abril	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Passos de tartaruga: indicando a demora do encaminhamento de projetos do Congresso.
Maio	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Máquina com quase todas as peças danificadas: referindo-se ao Estado repleto de problemáticas após o governo de Goulart; ✓ Remédio heroico: apontando para a necessidade da tomada de poder pelos militares como um remédio à nação brasileira que estaria doente.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

5. Considerações Finais

O artigo teve como objetivo compreender, em uma perspectiva histórica, a atuação discursiva da empresa Jornal Folha de S. Paulo em relação ao Golpe Militar de 1964, a partir da análise das construções metafóricas identificadas em seus editoriais de janeiro a maio de 1964. Por meio da análise realizada foi possível identificar como as metáforas utilizadas reforçaram discursivamente (e em um nível mais simbólico) o apoio do Jornal às forças de oposição ao presidente João Goulart no período. Neste sentido, os resultados da pesquisa reforçam o argumento de pesquisas anteriores de que as figuras de linguagem (em particular as metáforas) contribuem para maior compreensão dos fenômenos organizacionais e da atuação das empresas na sociedade. Como destacam Cornelissen *et al.* (2008, p. 8), as metáforas "guiam nossas percepções e interpretações da realidade e nos ajudam a formular nossas visões e objetivos. Ao fazer essas coisas, as metáforas facilitam e aumentam nossa compreensão do mundo".

E uma vez que a metáfora não opera apenas no âmbito analítico da imaginação mas convoca, também, capacidades emocionais e estéticas (HATCH, 2002) defendemos que a sua utilização nos textos dos editoriais teve um alcance ainda maior na produção de sentidos junto aos leitores do jornal. Desta forma, colocar a "*tranca na porta já arrombada*", se referindo às ações atrasadas do governo na busca pela resolução dos problemas ou "*poeira nos olhos da nação*" mostrando um interesse do governo em cegar, confundir ou distrair a nação com a publicação de um projeto de lei inócuo, são formas de construção de sentido bastante sutis que permitem aos leitores a compreensão sensível e imediata - de apenas uma versão da

história. Ou seja, a versão da história escolhida - pela empresa Jornal Folha de São Paulo - para ser contada.

Ao mesmo tempo, a análise do conjunto das construções metafóricas encontradas nos permite refletir sobre o seu uso como reforço simbólico discursivo, em especial à luz da historiografia sobre Imprensa e Ditadura Militar, contribuindo para o debate acerca do papel do Jornal Folha de S. Paulo no Golpe de 1964 destacando: (1) a contribuição da empresa para a desestabilização do governo do presidente João Goulart, marcado pelos editoriais de Janeiro, Fevereiro e Março e; (2) o alinhamento da empresa com o golpe militar e seu apoio ao novo governo, marcado pelo Caderno Especial e pelos editoriais dos meses de Abril e Maio.

Por fim, da mesma forma que as metáforas "nos levam a ver e compreender as organizações de formas específicas, embora incompletas" (MORGAN, 1980 - 2013, p. 16), a análise empreendida neste artigo é uma das análises possíveis sobre o posicionamento do jornal Folha de S. Paulo em relação ao Golpe Militar de 1964. Assim, sugerimos, como pesquisas futuras, análises complementares acerca da imbricada relação entre Empresas e Ditadura Militar no Brasil. Uma relevante avenida de pesquisa seria, por exemplo, a comparação da construção metafórica de outros jornais da Grande Imprensa acerca do mesmo evento. As posições divergiam, não havia um consenso formado e o confronto de ideias e versões sobre os fatos históricos é sempre um importante encaminhamento para a melhor compreensão dos fenômenos. Outra sugestão seriam estudos sobre a construção metafórica da Imprensa Alternativa (Pasquim em 1969; Opinião em 1972; Movimento em 1975; entre outros) que, como espaço de crítica e denúncia, assumiriam após a instauração da ditadura militar também o importante papel de oposição e resistência.

Referências:

- ABREU, A. A. **A imprensa e a queda do governo de João Goulart**. IN: BRAGANÇA, A., MOREIRA, S.V. (Org). Comunicação, acontecimento e memória. Intercom, 2005.
- ALCÂNTARA, V. C. VALADARES, J. L., MACEDO, A. S. CAPPELLE, M. C. A. Uma Saída pela Práxis? Reflexões sobre a Metáfora da Torre de Marfim e a Indissociabilidade entre a Teoria e a Prática nos Estudos Organizacionais. **Revista de Administração Mackenzie** (Mackenzie Management Review), v. 17, n. 5, 2016.
- AQUINO, M. A. **Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento**. Bauru: EDUSC, 1999.
- BARROS, A. Archives and the "Archive": dialogue and an agenda of research in organization studies. **Organ. Soc.**, Salvador, v. 23, n. 79, p. 609-623, Dec. 2016.
- BARROS, A; CARNEIRO, A. T; WANDERLEY, Sérgio. Organizational archives and historical narratives. **Qualitative Research in Organizations and Management: An International Journal**, Vol. 14 No. 3, 2019.
- BERTERO, C. O. Orquestras Sinfônicas: uma metáfora revisitada. **RAE – Revista de Administração de Empresas**. Jul/Set. v. 41. n. 3. São Paulo, 2001.
- BLOMMAERT, J; BULCAEN, C. Critical discourse analysis. **Annu. Rev. Anthropol.** 2000. 29:447-66 Copyright 2000 by Annual Reviews.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. V.1, 11ª ed., Editora UnB, 1998.
- BOWIE, D. Contextual analysis and newspaper archives in management history research. **Journal of Management History**, <https://doi.org/10.1108/JMH-01-2018-0007>, 2019.

BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis: elements of the sociology of corporate life**. London: Heinemann, 1979.

CALDAS, Miguel P. Paradigmas em estudos organizacionais: uma introdução à série. **Rev. adm. empres**, São Paulo, v. 45, n. 1, p. 53-57, Mar. 2005. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902005000100008&lng=en&nrm=iso>. Access on 31 Mar. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0034-75902005000100008>.

CAMPOS, P. H. P. Empreiteiros e Imprensa: a atuação dos empresários da construção pesada junto aos veículos de comunicação antes e durante a Ditadura Civil-Militar Brasileira (1964-1988). *Revista de História*. (São Paulo), n.177, a01717. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2018.128512>>. 2018.

CAPELATO, M.H. História do Tempo Presente: A Grande Imprensa como Fonte e Objeto de Estudo. In: DELGADO, L.A.N.; FERREIRA, M.M. (Orgs) **História do Tempo Presente**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014.

CAPELATO, M. H.; PRADO, M. L. O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo. São Paulo: **Alfa-Omega**, 1980.

CARVALHO, A. "**Contando a história**" da ditadura civil-militar: a grande imprensa e a construção da memória do Brasil democrático. IN: História e memória das ditaduras do século XX, V.1. In: Samantha VizQuadrat, Denise Rollemberg (Orgs) - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CORNELISSEN, J. P., OSWICK, C., CHRISTENSEN, L., & PHILLIPS, N. Metaphor in Organizational Research: Context, Modalities and Implications for Research — Introduction. **Organization Studies**, 29(1), 7–22. <https://doi.org/10.1177/0170840607086634>, 2008.

COSTA, A. S. M., BARROS, D. F., MARTINS, P. E. M. Perspectiva Histórica em Administração: Novos Objetos, Novos Problemas, Novas Abordagens. **Revista de Administração de Empresas**, 50(3), 288-299, 2010.

COSTA, A. S. M., SILVA, M. A. C. Novas Fontes, Novas Versões: Contribuições do Acervo da Comissão Nacional da Verdade. **Revista de Administração Contemporânea**, 21(2), 163-183, 2017.

COSTA, A. S. M., SILVA, M. A. C. Empresas, violação dos direitos humanos e ditadura civil-militar brasileira: a perspectiva da Comissão Nacional da Verdade. **Organização & Sociedade**, 25(84), 15-29, 2018.

COX, J.W.; HASSARD, J. Ties to the Past in Organization Research: A Comparative Analysis of Retrospective Methods. **Organization**, 14(4): 475-497, 2007.

DIAS, A. B. "64- Brasil continua": História, memória e as impressões da Folha de S. Paulo sobre o golpe militar de 1964. **Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM)** - v.2, n.1, jan./jun, 2013 - ISSN 2238-3913 (versão impressa) 2238-5126 (versão online).

DIAS, J. C., CAVALCANTI FILHO, J. P., KEHL, M. R., PINHEIRO, P. S., DALLARO, P. B. A., & CUNHA, R. M. C. **Mortos e Desaparecidos Políticos** (Relatório da Comissão Nacional da Verdade, CNV, vol. III). Brasília, DF, Brasil. Recuperado em 05 de maio de 2018. http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_3_digital.pdf. Dezembro de 2014.

DUREPOS, G.; SHAFFNER, E.C.; TAYLOR, S. Developing critical organizational history: Context, practice and implications. **Organization**. 0(0): 1-19. 2019.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. 2.Ed., Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.

FARIA, J. H; MENEGHETTI, F. K. Discursos Organizacionais. Anais Do **XXIV EnANPAD**, Campinas, 2001.

FERREIRA, J; GOMES, A. C. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil** / Jorge Ferreira, Ângela de Castro Gomes. - 1ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

- HATCH, M. J. Explorando os espaços vazios: Jazz e Estrutura Organizacional. **RAE – Revista de Administração de Empresas**. Jul/Set. v. 42. n. 3. São Paulo, 2002.
- HATCH, M. J., & YANOW, D. Methodology by Metaphor: Ways of Seeing in Painting and Research. **Organization Studies**, 29(1), 23–44. <https://doi.org/10.1177/0170840607086635>, 2008.
- LARA, L.G.; VIZEU, F.; ALVES, E.B. A Instrumentalização de Metáforas no Campo do Management: Reflexões a partir do uso da obra "A Arte da Guerra" na Área de Negócios. **Brazilian Business Review**, v.16, n.5, p.416-430, 2019.
- LUCA, T.R. Fontes Impressas: História nos, dos e por meio dos periódicos. IN:PINSKY, C.B. (Org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.
- MACLEAN, M., HARVEY, C., & CLEGG, S.R. Conceptualizing Historical Organization Studies. **Academy of Management Review**, 41(4), 609-632, 2016.
- MANCIBO, R.C.; COSTA, A.S.M.; PESSÔA, L.A.G.P. Organizações, Discurso e Ideologia: A Feira de São Cristóvão nas Páginas do Jornal O Globo. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v.15, n.3, p. 124-144, 2020.
- MARQUES, F. P. J.; MONT'ALVERNE, C.; MITOZO, I. B. A empresa jornalística como ator político: Um estudo quanti-qualitativo sobre o impeachment de Dilma Rousseff nos editoriais de Folha e Estadão. **Observatório (Obs*)**, v. 12, n. 3, p. 224-245, 2018.
- MCCOURT, W. Discussion note: using metaphors to understand and to change organizations: a critique of Gareth Morgan's approach. **Organization Studies**, v. 18, n. 3, p. 511-522, 1997.
- MEDEIROS, C. R. O. A universidade fotografada: olhares e vozes dos estudantes de administração. **Discursos Fotográficos**, v. 11, n. 19, p. 191-220, 2015.
- MELLO, P. C. **A máquina do ódio: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital** / Patrícia Campos Mello. - 1ª ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- MENESES, S. Ditadura, democracia e esquecimento: 1964 - o acontecimento recalcado e a ascensão do Jornal Folha de São Paulo como canal da democracia. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 39 - 71.
- MORGAN, G. **Imagens da Organização**. Gareth Morgan; tradução Cecília Whitaker Bergamini, Roberto Coda. – 1. Ed. – 16. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2013.
- MOTA, C. G; CAPELATO, M. H. **História da Folha de São Paulo: 1921-1981** / Carlos Guilherme Mota, Maria Helena Capelato. -- São Paulo: IMPRES, 1981.
- MOTTA, R. P. S. A Ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. *Topoi*. **Revista de História**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p.62-85, jan./jun. 2013. Disponível em: <www.revistatopoi.org>.
- OSWICK, C.; KEENOY, T.; GRANT, D. Metaphor and analogical reasoning in organization theory: beyond orthodoxy. **Academy of Management Review**, v. 27, n. 2, p. 294-303, 2002.
- PALASSI, M. P.; CARRIERI, A. D. P.; LEITE-DA-SILVA, A. R.; PIMENTEL, T. D. Os discursos e as metáforas na análise da propensão à participação: um estudo em um banco privatizado. **Revista de Administração Pública**, 41(3), 443-473, 2007.
- PALUMBO, R. Análise crítica do discurso presidencial: abordagem sociocognitiva. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, 43 (3): p. 1308-1322, set-dez 2014.
- RAMALHO, V.; RESENDE, V. M. **Análise do Discurso (para a) Crítica: o texto como material de pesquisa**. Campinas: Editora Pontes. 2011.
- RESENDE, V. M. Análise Discursiva Crítica do uso de Metáforas em uma Interação Etnográfica no Movimento Nacional de Meninos e Meninas de rua. **Revista da ABRALIN**, v.8, n.1, p. 125-148, jan./jun. 2009.

RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. Análise de discurso crítica, do modelo tridimensional à articulação entre práticas: implicações teórico-metodológicas. **Linguagem em (Dis)curso - LemD**, Tubarão, v. 5, n.1, p. 185-207, jul./dez. 2004.

SANTOS, C. A. S.; COSTA, A. S. M.. Imprensa, Discurso Ideológico e Golpe de Estado: uma Análise Crítica do Discurso. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, [S.l.], v. 18, n. 3, p. 371-393, sep. 2019. ISSN 1677-7387. Disponível em:

<<http://www.periodicosibepes.org.br/index.php/recadm/article/view/2721>>. Acesso em: 02 apr. 2020. doi:<https://doi.org/10.21529/RECADM.2019016>.

SCHWARCZ; L.M., & STARLING, H.M. **Brasil: uma biografia** (1a ed.). São Paulo: Companhia de Letras, 2015.

SKIDMORE, T. E. **Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-64)** / Thomas E. Skidmore; Tradução Berilo Vargas. - São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SMITH, A. **1960 - Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil**/ Anne-Marie Smith; tradução Waldívia M. Portinho. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. 264p.

SOUZA, M. M. P.; CARRIERI, A. P. **A análise do discurso em estudos organizacionais**. Metodologias e análises qualitativas em pesquisa organizacional [recurso eletrônico]: uma abordagem teórico-conceitual / Eloisio Moulin de Souza (org.). - Dados eletrônicos. - Vitória: EDUFES, 2014.

SPINK, M. J. P.; MEDRADO, B. **Produção de Sentido no Cotidiano**. IN: SPINK Mary Jane. Práticas discursivas e produções de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013.

TASCHNER, G. **Folhas ao vento: Análise de um conglomerado jornalístico no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 9. ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

TURETA, C.; TONELLI, M. J.; ALCADIPANI, R. O Gerente-Ciborgue: Metáforas do Gestor Pós-Humano. **Organizações & Sociedade**, v. 18, pp. 467-486, 2011.

WODAK, R. Do que trata a ACD—um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. **Linguagemem (Dis) curso**, v. 4, p. 223-243, 2004.

VAN DIJK, T. A. **Critical Discourse Analysis**. The Handbook of discourse analysis / edited by Deborah Schiffrin, Deborah Tannen, and Heidi Hamilton. Chapter 18. 2001.

VERGARA, S. C.; IRIGARAY, H. A. R. Os orixás da administração. **Revista de Administração Pública**, v. 34, n. 2, 2000.

ZUCCHINI, G. Demagogia. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. V.1, 11ª ed. , Editora UnB, 1998.